

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-Graduação em
História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Secco, Lincoln

O COMUNISMO HISTÓRICO: IDÉIA DE REVOLUÇÃO NO SÉCULO XX

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.

12, núm. 2-3, 2008, pp. 67-87

Universidade Estadual de Maringá

Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526872005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O COMUNISMO HISTÓRICO: IDÉIA DE REVOLUÇÃO NO SÉCULO XX*

*Lincoln Secco***

Resumo. O artigo analisa a experiência do “comunismo histórico” no mundo durante o século XX. São acompanhadas as várias fases dessa experiência (ascensão, declínio, recuperação e decadência) e os múltiplos desafios e problemas enfrentados pelos comunistas neste século. A problemática eleitoral e o relacionamento com os socialistas são especialmente enfatizadas.

Palavras-chave: comunismo; revolução; socialismo.

HISTORICAL COMMUNISM: CONCEPT OF REVOLUTION IN THE 20TH CENTURY

Abstract. The article analyzes the experience of “historical communism” in the world during the 20th century. The different stages of that experience (rise, fall, recovery and decline) are monitored, as well as the multiple challenges and problems faced by communists in this century. The problem of elections and the relationship with socialists are particularly emphasized.

Keywords: communism; revolution; socialismo.

EL COMUNISMO HISTÓRICO: IDEA DE REVOLUCIÓN EN EL SIGLO XX

Resumen. El artículo analiza la experiencia del “comunismo histórico” en el mundo durante el siglo XX. Para ello, son presentadas las distintas etapas de dicha experiencia (ascensión, declinación, recuperación y decadencia) y los múltiples desafíos y problemas enfrentados por los comunistas durante este siglo enfatizando, en particular, la cuestión electoral y su relación con los socialistas.

Palabras Clave: comunismo; revolución; socialismo.

* Autor convidado.

** Professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo.

O “socialismo real” e o “comunismo histórico” foram expressões cunhadas para conceituar as práticas dos partidos comunistas tal qual elas ocorreram, e não como apareceram em teoria. Muita tinta se gastou em definir o modo de produção dominante na formação social soviética ou se os partidos comunistas eram mesmo comunistas. Essas discussões são importantes, mas para o propósito do historiador basta aceitarmos que o comunismo cuja história conhecemos é o daqueles partidos que assumiram o poder numa parte considerável do mundo e aboliram oficialmente a propriedade privada dos meios de produção ou o do movimento comunista inspirado naquela parte do mundo que se dizia socialista (para o caso dos partidos comunistas que não estavam no poder, mas se achavam parte do exército mundial da revolução).

Para a história esse é o comunismo que importa. Ele foi o produto de um evento de grandes proporções - a Revolução Russa de 1917 - e teve consequências de longa duração. Suas tarefas e conquistas econômicas foram grandes. Imediatamente, partidos fiéis ao “grande outubro vermelho” surgiram na Europa e na América. Ainda antes de 1920, o comunismo gerou partidos organizados na Alemanha, Hungria, Países Baixos, EUA, Bulgária, Áustria, Dinamarca, Finlândia e até em países periféricos como a Grécia, a Argentina e o México. Desde 1920, os partidos se multiplicaram pelo resto da Europa, da Ásia e da América. Na África, o comunismo demorou mais a se implantar, com exceção, talvez, da Argélia, e em alguns países nunca existiu partido comunista.

O comunismo foi dominante na esquerda revolucionária entre 1917 e 1956 (quando Kruschew leu o relatório dos crimes de Stalin ao XX Congresso do PCUS), ou até, 1961, data mais importante porque gerou o primeiro cisma significativo no movimento comunista internacional: a ruptura entre a União Soviética e a China. Como disse Hobsbawm, aquela era a segunda vez em que dez dias abalaram o mundo. Da primeira vez foram os dez dias de outubro de 1917, descritos por John Reed. Da segunda vez foram os dez dias de 1956, quando se pôs fim ao comunismo como movimento internacional centralizado na União Soviética (HOBSBAWN, 2002). O Deus ficou nu, para usar a expressão do escritor comunista norte-americano Howard Fast, autor de *Spartacus* (FAST, 1959, p. 46).

De toda maneira, o comunismo histórico só acabou, para efeitos práticos, em 1991 (fim da União Soviética). Antes disso, na esquerda revolucionária (ou numa esquerda que não era liberal) não houve cismas e heresias de importância prática, especialmente no período da

Internacional Comunista (1919-1943). As duas rupturas importantes posteriores à Segunda Guerra não foram de partidos, mas de estados: a Iugoslávia e a China, e ocorreram por razões que eram mais nacionais do que propriamente e apenas ideológicas. O trotskismo, que tentou ser a alternativa revolucionária ao comunismo no período da Internacional Comunista, só teve algum papel em poucos países de escassa importância global, como o Ceilão (HOBBSAMW, 1994, p. 4)¹, que, aliás, só organizou um partido comunista em 1942.

Uma excelente bibliografia (LUBITZ, 1982, p. 458) dos escritos trotskistas mostra que a sua literatura política foi imponente só enquanto Trotski estava na União Soviética (o pico de publicações foi o ano de sua expulsão do Partido, 1927). Outro ano significativo foi 1937, sob a atmosfera dos processos de Moscou. O trotskismo, até mesmo como literatura política, adormeceu e só depois de 1968 registram-se mais de cem títulos por ano. Como fenômeno eleitoral, ele nunca existiu. O mesmo se pode dizer (e com mais saliência) daquela corrente que se desenvolveu nos dois primeiros decênios do século e depois disso desapareceu: o comunismo dos conselhos.

O comunismo teve que disputar, onde não chegou ao poder pela força das armas (suas ou da União Soviética), mais com as forças conservadoras, evidentemente, e no campo da esquerda, com o velho socialismo liberal e nacional (ou social-democrata) do que com seus críticos de ultraesquerda (*gauchisme*), estes, aliás, pouco afeitos a disputas eleitorais.

COMUNISTAS X SOCIALISTAS

Quando os comunistas formaram seus partidos, o socialismo nacional ou liberal predominante sentiu o impacto inicial; mas logo se recuperou, porque os comunistas (salvo exceções como o Brasil e Portugal) surgiram de dentro de partidos socialistas constituídos e concorreram com eles nas eleições (onde as havia), e quase sempre separadamente, porque as alianças eleitorais foram logo interdidas pela Internacional Comunista (IC). A oposição ao comunismo numa área socialista e democrática (além daquela anticomunista e de direita) foi uma

¹ Este artigo usa ampla pesquisa de dados recolhidos principalmente por três autores: Branko Lazitch e François Fejtó e, em menor medida, Rollie Poppino (todos citados mais adiante).

realidade constante, mesmo na União Soviética. Nas únicas eleições livres para a Assembleia Constituinte realizadas sob o regime soviético, a oposição de caráter socialista-democrático (mencheviques e socialistas revolucionários) obteve a maioria dos votos (CLAUDIN, 1993, p. 11).

O comunismo não estava destinado a ser um fenômeno eleitoral e de massas, e sim, a formar pequenas vanguardas de revolucionários profissionais. Onde ele adquiriu apoio de massas, isto foi acidental, - como ocorreu na Itália depois da Segunda Guerra, que combinou a tradição do velho movimento socialista, a eficiência de uma organização leninista e a autoridade moral de uma espécie de igreja católica secular (HOBSBAWM, 1994, p. 128).

Inicialmente, o crescimento do número de membros comunistas foi pequeno. Ao menos até o início da Segunda Grande Guerra. A Internacional Comunista (IC) tinha 887.745 adeptos em 1921 (excluindo o PCUS) e chegou a 1.200.000 em 1939, às vésperas da Guerra. Já a Internacional Comunista dos Jovens (exceto o Komsomol soviético) teve melhor desempenho: em 1928 tinha 127.000 adeptos e atingiu 746.000 em 1939 (LAZITCH, 1956, p. 43); ou seja, não eram tão poucos, mas evidenciavam duas coisas: seu poder de atração e pressão residia somente no poderio do Estado Soviético (real e simbólico); seu impacto inicial foi sensível, mas seu crescimento foi menor do que o esperado no período anterior à Guerra.

As eleições demonstravam isso. Eles só eram eventualmente mais fortes do que os socialistas na Bulgária (17,9% dos votos em 1920 contra 5,43% dos socialistas) e na Tchecoslováquia (13,2% dos votos em 1925 contra 8,9% dos socialistas) ou disputavam em relativa igualdade na Alemanha (16,9% dos votos em 1932 contra 20,6% dos sociais democratas), na Finlândia (14,8% dos votos em 1922 contra 25,1% dos socialistas) e na França (9,7% em 1924 contra 17,2% dos demais socialistas). Nos demais países europeus o comunismo não existia como força eleitoral considerável. Mesmo nestes países anteriormente apontados era bastante tímido seu apoio eleitoral, com exceção, talvez, da Alemanha de 1932 (citada) e da França no ano de 1936, sob a tática de Frente Popular, quando os comunistas obtiveram 18,3% do eleitorado e os socialistas 19,3% ².

² Muitos dos dados seguintes foram retirados desta obra.

O comunismo inexistia eleitoralmente em todo o Extremo Norte da Europa, nas Ilhas Britânicas e nas Penínsulas do Sul do continente. Ou seja, sua força concentrava-se na União Soviética e na Alemanha e tinha alguma influência na Finlândia, bastante próxima da Rússia, na França, onde a maioria dos socialistas presentes no Congresso de Tours optou pela adesão à IC, e no movimento operário radical da Itália, especialmente em Turim. Ainda assim, o PC da Itália só obteve 4,6% dos votos nas eleições de 1924.

Pode-se argumentar que os partidos comunistas eram máquinas para tomar o poder e não para disputar eleições. Quem leu as memórias de Jan Valtin³ (*Do fundo da noite*) não pode deixar de ter esta impressão. Neste caso, precisaríamos medir sua força em número de militantes organizados. No Leste da Europa os comunistas eram em número considerável para aqueles países de populações pequenas. Na Bulgária eles eram 35.000 e na Iugoslávia, 60.000 no ano de fundação (1919). Na Tchecoslováquia, país de maior nível de desenvolvimento, eles eram 170.000 (1922) e na Finlândia, 40.000 (1921). Na Europa Ocidental, os comunistas só eram numerosos naqueles países (poucos) onde também eram bem votados. Na França eram 131.000 em 1921, número que quase triplicou até 1937. De toda maneira, se considerarmos a população, os comunistas franceses eram mais fracos do que os tchecos e eslovacos, que conseguiram em 1925 algo como 13,2% dos votos contra 8,9% dos socialistas. Nas eleições seguintes a situação se inverteu, mas ainda assim comunistas e socialistas equilibravam-se em seu fraco (mas não desprezível) desempenho eleitoral.

Havia uma correlação entre a força militante dos partidos comunistas e suas votações. Exceto na Itália, onde o partido nasceu com 70 mil militantes e tinha fraco apoio eleitoral, isso pode ser exemplificado pelos dois países mais industrializados da Europa, os quais contavam com a maior classe operária em termos percentuais. Na Grã Bretanha apenas 5 mil comunistas estavam no partido em 1922. Dois anos depois, obtiveram 0,33% dos votos. Em 1935 tiveram 0,1%. Na Bélgica, os 517 comunistas obtiveram 0,39% dos votos em 1925. Em ambos os países a classe operária votava maciçamente no Partido Trabalhista e nos socialistas, respectivamente. O agente do Comintern, Jan Valtin, teve enorme dificuldade em encontrar uma sede do partido comunista na Antuérpia.

³ Pseudônimo de E. Krebs, um ex-comunista alemão que se tornou agente duplo no interior da Gestapo e, depois, da CIA. Sua obra, *Out of the night*, foi traduzida em várias línguas.

Em alguns países o partido era tão insignificante que, mesmo na legalidade, como na Inglaterra, era preciso procurá-lo muito bem.

Além disso, o número de comunistas decresceu em quase todos os países europeus na virada dos anos 20 para os 30. Como se sabe, entre 1921 e 1923 a IC aplicou a tática de frente única contra os seus inimigos políticos principais, os fascistas. Essa política, propugnada por Lênin, encontrou séria resistência no interior dos próprios partidos comunistas, que eram as seções nacionais da IC, particularmente os ocidentais, como o italiano. Comunistas na Holanda, Inglaterra, Alemanha e outros países já se colocavam contra alianças bem antes disso, ou até mesmo pregavam a abstenção eleitoral. O III e o IV Congressos da IC confirmaram, em suas teses, a tática de alianças políticas. Tentou-se até mesmo um acordo entre a II Internacional (socialista), a III Internacional (comunista) e a Internacional dois e meio (basicamente austromarxista). Na conferência de Berlim (2 a 5 de abril de 1922) compareceram alguns dos líderes máximos da esquerda europeia: R. Macdonald, Vandervelde, Longuet, Zinoviev, Bukharin, Otto Bauer e Max Adler. A chamada conferência das três internacionais foi a única do gênero e não teve efeitos políticos significativos.

O V Congresso da Internacional Comunista ainda manteve, de modo geral, a tática definida anteriormente, mas nele já apareciam elementos de “denúncia” da social-democracia. Zinoviev, alto dirigente do governo soviético, lançou a ideia de que os social-democratas eram a “mão esquerda da burguesia”, ou, simplesmente, uma “ala do fascismo” (CLAUDIN, 1985, p. 143). O IX Pleno do Comitê Executivo da Internacional Comunista (CEIC) adotou as posições de Stalin em fevereiro de 1928, fato que ficou conhecido como a *viragem* na política da IC. Essa política de isolamento é que fez despencar os efetivos da IC em algumas seções nacionais.

Além das crises internas na IC e na União Soviética, dos expurgos e defecções, a crise econômica abalou os partidos e a ascensão do fascismo arrebatou setores da classe operária e destruiu os partidos comunistas na Itália e na Alemanha. Nesse momento eles não passavam de 10 mil pessoas, em média, na Polônia, Iugoslávia, Áustria, Itália, Bélgica, Grã-Bretanha, nos países nórdicos, em Luxemburgo, na Holanda e na Suíça. Muitos deles diminuíram brutalmente depois do *tournant* do PCUS em 1928, que lançou os comunistas no isolamento político total. Entre 1928 e 1932 os comunistas iugoslavos caíram de 3.000 para 200; na Dinamarca, de 1.341 para 400. Na Noruega eram 98 mil (1921) e caíram a

menos de 3 mil (1932). Na Suíça caíram de 7 mil (1921) para 3 mil (1928), e na Suécia, de 14 mil (1921) para 6 mil (1929).

Os partidos comunistas que se mantiveram numerosos foram aqueles que tinham razões internas em seus países para ter alguma importância. A França tinha um partido de grande apoio militante e eleitoral nos anos 30. A Espanha viria a ter um movimento comunista de importância em função da sua política na Guerra Civil (1936-1939) e do apoio soviético; mas nesse decênio, a maioria dos partidos recuperou parte de suas forças, especialmente depois da adoção da tática de frente única antifascista em 1935, quando a IC retirou os comunistas do isolamento e lhes indicou alianças com liberais e socialistas contra os fascistas. Até em países marginais para a IC, como a Grécia, a Inglaterra e os países nórdicos, os comunistas voltaram a crescer, ainda que de forma tímida. Na verdade, nas vésperas da Segunda Guerra só restavam dois partidos comunistas de massas com mais de 300 mil membros efetivos: o espanhol e o francês. O alemão havia sido dizimado, diminuindo em seis vezes o seu tamanho em menos de quatro anos. O finlandês, assim como o italiano, só voltaria a ter uma base de massas no final da Guerra. Uma longa noite começava para os comunistas.

RECUPERAÇÃO

Do ponto de vista geográfico, a história do Partido Comunista Francês é um fluxo seguido de um refluxo. Entre 1921 e 1936, data da vitória do *Front Populaire*, sua força estava em Paris e em sua periferia. Durante a Guerra, ela se estendeu pelo centro do território francês, com uma incidência vasta e central. Só nos anos setenta e, mais acentuadamente, nos anos oitenta e noventa é que o comunismo encolheu muito, como veremos mais adiante (LE BRAS; TODD, 1981, p. 352). Para se ter uma idéia, na mesma época (1945) o socialismo francês contava com 335 mil aderentes. A tendência a um encolhimento do partido comunista não foi isolada. Já nos anos 50 os socialistas franceses diminuía, chegando em 1962 a 91 mil aderentes (PHILIP, 1967, p. 174); entretanto depois seus votos aumentaram.

Esse fenômeno inicial de crescimento do comunismo francês repetiu-se durante a Guerra na maior parte do mundo. Dois movimentos se conjugaram: o do aumento quantitativo ou intensivo e a ampliação geográfica.

Como vimos, o comunismo só existia como força eleitoral em poucas regiões da Europa. Na América Latina ele não existia, seja como força eleitoral, seja como força militar. Mesmo no Brasil, onde foi mais imponente nos meios militares, nunca conquistou a maioria dos oficiais. Na Ásia ele não passava de uma força teórica no Japão e de uma minoritária e derrotada força militar na China. Isso mudou durante a Guerra. Por sua estrutura centralizada, disciplinada e adaptada à luta clandestina (e também, reconhecamos, por sua fé inabalável), os comunistas resistiram com muito mais facilidade do que os social-democratas, propensos a fazer política só em movimentos de massas legalizados.

Além disso, a vitória do Exército Vermelho deu-lhes o prestígio necessário para conquistar grande parte da opinião pública, o que lhes garantiu também a participação em vários governos de coalizão na França, Itália, Bélgica, Áustria, Dinamarca, Noruega, Luxemburgo, Finlândia e Islândia.

Foi assim que todos os partidos comunistas cresceram em número de membros e em votos a partir de 1945. Na Europa Ocidental esse movimento foi nítido: a Áustria, apesar de nunca ter tido um partido comunista forte, viu o seu número chegar a 150 mil (1948), embora seus resultados eleitorais continuassem pífios como na Suíça, países nórdicos e ilhas britânicas. Não obstante, até em países onde esse resultado beirava só os 10%, como a Grécia, a Noruega, Luxemburgo, a Holanda e outros, o aumento era considerável. Só na Grã Bretanha o comunismo não apresentou nenhum resultado (em parte pelo sistema distrital puro adotado naquele reino); mas mesmo lá houve aumento de inscrições no partido (47.513 em 1944).

A extensão ocidental mais significativa do comunismo se deu naqueles países onde ele já tinha uma tradição eleitoral e sindical: Itália, Finlândia e França, mas o ganho da Itália foi compensado pela perda permanente da Espanha. Na Finlândia, onde os comunistas nunca ameaçaram o poder estabelecido por eleições, eles eram 150 mil em 1946 e atingiram 21,6% dos votos em 1951. Na Itália o comunismo causou um impacto estupendo: de apenas uns 5 mil homens e mulheres enfiados na resistência ao fascismo em 1943, o partido comunista passou a somar cerca de 2 milhões e meio uns cinco ou seis anos depois, com 19% dos votos (1946), a que se somavam os 21% dos socialistas. Essa votação foi crescente até os anos setenta. Na França, no ano de 1947 existiam 907.785 comunistas e, pouco antes eram 26,2% os votos válidos. Essa

situação legitimou a entrada de ministros comunistas em vários governos surgidos no Pós-Guerra: Islândia, Finlândia, França e Itália.

Não obstante, esses resultados eram exagerados. De fato, o comunismo se expandira eleitoralmente no Ocidente, *ma non troppo*. O início da Guerra Fria assinalou o fim do idílio entre socialistas e comunistas, dividiu a Europa em duas áreas - controladas respectivamente pelos EUA e pela União Soviética - e derrubou parte do apoio da opinião pública aos partidos identificados com o lado socialista. Entre o fim da Guerra e o início dos anos cinquenta os índices se estabilizaram muito abaixo daqueles anteriormente citados. Na Áustria, os comunistas caíram daqueles 150 mil a menos de 30 mil, na Bélgica caíram a 40% do que eram, na Dinamarca diminuíram de 75 mil a 21 mil, na Finlândia desceram a um terço do total anterior e algo semelhante ocorreu na Holanda, Luxemburgo e Noruega.

Ora, os dados de números de membros e de votos demonstram que a fidelidade comunista só se manteve de forma duradoura e significativa na França e na Itália e, de modo menos importante, na Finlândia. Além destes, o comunismo só teve alguma importância eleitoral (efêmera) em países periféricos como o Brasil e o Chile, mesmo assim muito longe dos resultados de seus congêneres europeus.

O BLOCO SOCIALISTA

O comunismo demonstrou sua força onde estava no poder, evidentemente. Na China, por causa de uma guerra popular prolongada, que aos olhos do povo tornou os comunistas a única força militar com intenção de enfrentar decididamente o inimigo japonês, o comunismo se tornou mais uma força armada nacionalista do que revolucionária *stricto sensu*. O mesmo ocorreu na Iugoslávia. Não por acaso, esses dois países romperam com a União soviética, porque ao se tornarem forças nacionais não podiam mais servir de correia de transmissão para a política exterior soviética.

No restante do chamado bloco socialista, os partidos comunistas cresceram em número de membros e apoio. Isso é real e concreto. Não se tratava apenas de ditaduras sem apoio popular. Se o comunismo teve aumento de apoio na Europa Ocidental, não é de duvidar que esse apoio tenha existido também a leste do Elba. Mas os países comunistas eram os

mais atrasados da Europa e a representação política comunista era mais dos camponeses do que dos operários.

Entre os países do novo bloco socialista, a Tchecoslováquia era o mais industrializado. 42% de sua população economicamente ativa em 1930 estavam empregados na indústria e 14% no comércio e transportes. Já a Polônia, a Hungria, a Bulgária, a Romênia e a Iugoslávia tinham mais da metade de sua população economicamente ativa na agricultura. No caso destes três últimos, o índice beirava 80% (BORSI, 1981, p. 27). O novo partido albanês tinha só 22,6% de operários (1948), ao passo que 67,3% eram de camponeses. O Partido Operário Búlgaro era constituído de 25,91% de operários (junho de 1947), 43,8% de Camponeses, 16,17% de empregados e 14,13% de artesãos. Já o PC tcheco tinha 58% de operários (março de 1946); O Partido Operário Polaco tinha 64,7% de operários (dezembro de 1946) e o PC húngaro 42,6% de operários (setembro 1946). O PC romeno tinha 44% de operários (setembro de 1947) (BORSI, 1981, p. 54-59). Esses dados importam pouco, porquanto eram intelectuais muitos dos quadros dirigentes, mas também servem para mostrar que aqueles partidos eram muito mais populares que seus opositores dentro e fora de seus países.

O apoio popular era expresso nas votações. Nas eleições realizadas em 1945, as *frentes populares*, formadas pelos comunistas e seus aliados, obtiveram sempre mais da metade dos votos válidos. Não queremos aqui discutir o argumento de que essas eleições não eram válidas em termos de democracia liberal. Com o decorrer dos anos ninguém mais acreditava nessas eleições. O escritor colombiano Gabriel Garcia Marques deixou um relato sobre a opinião que alguns alemães orientais tinham a respeito dessas consultas eleitorais (GARCIA MARQUES, 1982, p. 45). Em geral, elas deixaram de ser livres quando o apoio da opinião pública diminuiu em toda a Europa e a chamada Guerra Fria começou para valer. Desde então, a Europa estabilizou-se numa área comunista e numa capitalista e liberal.

Perto da União Soviética, a Finlândia (no Velho Mundo) ainda mantinha-se liberal, e no Ocidente só a Itália e a França tinham zonas vermelhas consideráveis - aquela mais do que esta. Espanha e Portugal mantiveram-se capitalistas, mas não politicamente liberais. Depois da Guerra e da consolidação das chamadas democracias populares, o número de membros dos partidos comunistas permaneceu alto na Europa Central e do Leste e cresceu entre 1955 e 1965. Nota-se que este apoio suposto

aos partidos comunistas era maior em países como a Alemanha Oriental e a Tchecoslováquia, como mostra a tabela.

População e membros do Partido Comunista⁴ no Leste Europeu

País	População (em milhões)		Comunistas	
	1955	1965	1955	1965
Bulgária	7,46	8,17	0,42	0,58
Tchecoslováquia	13,03	14,11	1,45	1,68
Alemanha Oriental	18,00	17,18	1,45	1,75
Hungria	9,65	10,10	0,80	0,60
Polônia	27,01	31,30	1,34	1,73
Romênia	17,04	18,98	0,54	1,38
Total	92,14	99,84	6,00	7,72

Fonte: Brown (1968, p. 290).

Obviamente essas estatísticas eram oficiais. Supondo-se que fossem corretas, ainda assim elas revelavam pouco do que seria um apoio consciente aos regimes comunistas. Em regimes de partido único e economias controladas pelo Estado, uma parte das pessoas entrava no partido para fazer carreira⁵. É o que se diz a respeito do presidente da Polônia, democraticamente eleito após o fim do socialismo naquele país: Alexandre Kwasniewski. Diferentemente da velha guarda de comunistas, ele entrou no partido, nos anos setenta, não por uma crença em ideais comunistas, mas para fazer carreira (ASH, 2000, p. 225). Parte significativa dessa geração aderiu ao comunismo como técnica social para a conquista e manutenção do poder. Assim, tornou-se indiferente para os novos *mass media* da Rússia o fato de seus dois presidentes da fase pós-comunista terem sido membros do partido (Yeltsin e Putin). Agora eram liberais!

⁴ Nem sempre o Partido Comunista conservava este nome. Tinha outras denominações na Alemanha Oriental, Polônia e Albânia, os quais não aparecem na tabela.

⁵ Em alguns países socialistas partidos não comunistas eram oficialmente admitidos, mas sem nenhum poder político real.

DISPERSÃO

O comunismo era um fenômeno europeu à época de seu surgimento. Todos os partidos comunistas do Velho Mundo, à exceção do Partido do Trabalho da Albânia, já estavam formados até 1930. O último deles foi o da Islândia. Na Ásia e na América Latina alguns partidos acompanharam cedo a onda europeia: a Mongólia, a China, o Japão, a Indonésia e a Coreia formaram seus PCs nos anos vinte, mas o resto do Extremo Oriente não. A Índia teve logo um Partido (1925), e no Oriente Médio, só a Palestina. A Turquia teve seu partido também mais cedo (1922), ainda antes o Irã (1920) e bem antes da Síria (1930) e do Iraque (1932).

Nos demais países muçulmanos o comunismo formou-se depois dos anos trinta. Em alguns casos nunca se formou convenientemente, como no Kwait, na Líbia e no Yemen. Na África, o comunismo só se organizou no Norte: no Egito (o pioneiro - 1921), na Tunísia e no Marrocos, mesmo assim depois de 1934. Na parte meridional, a República da África do Sul teve seu partido desde 1921. Este partido, que tinha somente mil membros na data de sua fundação, tornou-se um potencial partido de massas na segunda metade do século, quando integrou o Congresso nacional Africano e mergulhou na luta contra o *apartheid*. Os demais países asiáticos e do Norte da África criaram agremiações comunistas só depois da Guerra, e muitos deles nunca tiveram um agrupamento independente.

Ocorre que, no bojo da descolonização, os grupos nacionalistas revolucionários substituíram os comunistas em suas tarefas políticas e, quando no poder, muitas vezes instalaram ditaduras internamente anticomunistas. No restante da África, os comunistas nunca se organizaram em partido oficial, exceto na Argélia, Lesotho, Madagascar, Nigéria, Réunion, Senegal, Tanzânia e naqueles já citados. Todos esses surgiram a partir de fins dos anos cinquenta, só o Sudão formou seu partido em 1946. Tchad, Somália, Botsuana, Ghana, Kenya, Mali, a África Portuguesa toda, a Swazilândia, o Níger, a Guiné, Camarões e o Congo Brazaville não tinham PCs formais nos anos sessenta.

Na Oceania os comunistas organizaram-se muito cedo (1920) na Austrália e na Nova Zelândia - a exemplo da América do Norte, com os EUA (1919), o México (1919) e o Canadá (1921).

AMÉRICA LATINA (DADOS ELEITORAIS)

Na América Latina a geografia política era semelhante à da Europa, apenas com algum atraso em poucos países. O comunismo se organizou cedo na América do Sul: na Argentina em 1918, no México em 1919, no Chile em 1921, no Uruguai em 1921 e no Brasil em 1922. Esses partidos comunistas se influenciaram reciprocamente ou - como no caso do Brasil - receberam uma limitada influência do pioneiro, o Partido Comunista da Argentina.

Ainda assim, ela era, naquela época, uma extensão cultural da França, da Grã Bretanha e, em menor medida, da Espanha, por isso a implantação do comunismo foi uma transposição de um fenômeno europeu. Não desejamos, com isso, corroborar a tese da planta exótica - a de que os comunistas foram agentes estrangeiros que nada tinham a ver com a cultura latino-americana. Em primeiro lugar, é discutível afirmar se havia (ou há) uma cultura latino-americana sem diferenças internas; em segundo lugar, se essa cultura existiu, toda ela, incluindo a das classes dominantes, era determinada pelas modas da Europa Ocidental (França e Grã-Bretanha), e em termos políticos e ideológicos, muito mais da França, antes que os Estados Unidos ditassem os rumos do continente. A América do Norte foi mais influente na parte central e depois também no Sul.

De toda maneira, até 1930, quase todos os países do continente tinham partidos estruturados e filiados à IC. Somente Porto Rico, Guadeloupe, Martinica, o Paraguai, a Venezuela e a República Dominicana não o tinham, e talvez alguma colônia menor do Caribe ou das Antilhas. Todos eles também cresceram no Pós-Guerra, a exemplo dos europeus. Em 1947, entretanto, só o Brasil, o Chile e Cuba tinham partidos com mais de 50 mil membros. A Argentina tinha uns 30 mil dentro de uma população bem menor do que a brasileira, o que revela alguma força de seu partido. Até 1957 esse número triplicou, caindo um pouco em 1963.

Entre 1947 e 1963 todos eles decresceram, a exceção das citadas Argentina, Colômbia, Venezuela e Cuba (neste último país, depois da tomada do poder pela guerrilha). Enfim, embora esses dados não sejam inteiramente exatos e apenas indicativos, os comunistas latino-americanos diminuíram de 375.500 em 1947, quando recolheram o prestígio soviético da Guerra, para 197.500 no início da Guerra Fria, quando, em regra geral, aumentou a perseguição a eles. Voltaram a crescer lentamente para 214

mil em 1957 e 260.750 em 1963 (POPPINO, 1966, p. 231). Em muitos países, como El Salvador, o Haiti, Honduras, a Nicarágua, o Paraguai, o Panamá, o Equador e Costa Rica, o partido praticamente não existia e não passava de algumas dezenas ou centenas de pessoas.

DECLÍNIO

A virada dos anos 60 para os 70 assistiu ao fim do comunismo (ou socialismo real) como polo de atração ideológica. Nos anos 50, enquanto dissidentes ou antigos fascistas ainda eram levados a campos de trabalho forçado, havia também jovens militantes tecendo loas ao novo sistema; mas depois dos anos 60 ninguém mais pensava nos estados do Leste Europeu como modelos de desenvolvimento social, especialmente aqueles que viviam na Europa Ocidental. Depois da invasão da Tchecoslováquia (1968) o sistema estagnou-se. Embora também seja preciso reconhecer (como o fez o próprio Vaclav Havel) que não houve mais práticas disseminadas de assassinatos de dissidentes (HAVEL, 1991, p. 219).

Foram cinco os fatores que virtualmente tenderam a derrubar o comunismo como movimento mundial coordenado pela União Soviética.

1. A ruptura entre a China e a União Soviética (1961) e os conflitos fronteiriços de 1969 criaram a primeira heresia significativa no Movimento, apoiada por um grande país que detinha (1964) armas nucleares.
2. As revoltas de 1968 na França, Tchecoslováquia, EUA, México, Brasil e outros lugares criaram movimentos de extrema esquerda que contribuíram para minar o apelo comunista à juventude.
3. A crise do petróleo mergulhou os países capitalistas na crise e, no médio prazo, enfraqueceu tanto a esquerda socialista quanto a comunista, permitindo o aumento do apoio público ao liberalismo e às políticas de corte de impostos e de benefícios sociais para as classes trabalhadoras.
4. A Revolução Microeletrônica e a globalização deixaram a União Soviética para trás. O planejamento central de Estado demonstrou-se incapaz de gerar a inovação tecnológica. Assim, o socialismo de Estado deixou de ser paradigma de técnica social de desenvolvimento até mesmo para países atrasados.

5. A crise social e urbana erodiu a base da solidariedade de classe. As cidades perderam sua função de sediar os grandes atos públicos e a política regrediu à mera participação eleitoral baseada numa cultura individualista e consumista.

Nos anos setenta, a derrota norte-americana no Vietnã, as revoluções em Portugal, na Nicarágua, em Granada e no Afeganistão, e a ascensão do movimento operário no Estado de São Paulo, no Brasil, pareciam inclinar a política mundial à esquerda; mas era só o último fôlego desse tipo de movimento. Além disso, nenhum deles foi dirigido por partidos comunistas. Todos declinaram. Só o movimento operário brasileiro ainda se manteve influente por vinte anos ou mais, levando o Partido dos Trabalhadores ao governo.

No início dos anos 70, só os partidos comunistas da África do Sul, o marxista da Índia (mas esse não mais vinculado ao PCUS), regionalmente concentrado em Bengala Ocidental, o da França, o da Itália e, em menor medida, o da Finlândia e o do Japão (300 mil membros em 1970, mas numa população muito grande (FEJTÖ, 1971),⁶ ainda podiam ser qualificados de forças políticas consideráveis. Acrescentar-se-ia o Partido Comunista da Indonésia, que chegou a ser o maior da Ásia (excluindo-se o chinês), com 3 milhões de adeptos (KILROY-SILK, 1974, p. 256); mas esse partido foi destruído pelo golpe militar que depôs o governo nacionalista de Sukarno (claro que com exceção dos partidos no poder. Vinte anos depois, só os dois primeiros continuaram partidos de massas (agora na companhia do PC da Rússia, fora do poder mas com grande apoio popular), enquanto os demais continuaram como forças meramente eleitorais e declinantes.

Nenhum deles se assemelha, em termos eleitorais, às forças da social-democracia europeia, como é o caso da Suécia. Ali, no início dos anos 1970, a Social-Democracia tinha 900 mil filiados, o que significava mais de 10% da população total do país! (D'ALMEIDA, 1979, p. 107-112). Mesmo na Finlândia e na França, onde os comunistas se aproximaram dos socialistas nas disputas eleitorais, a distância entre ambos cresceu. O partido francês viu seu apoio eleitoral se dividir por dois nos trinta anos gloriosos do capitalismo ocidental, e por quatro se tomarmos como parâmetro os resultados do início do novo século.

⁶ Este e alguns dados anteriores foram retirados desse livro.

COMUNISMO HOJE?

Na nova conjuntura do início do século XXI os comunistas se defrontam com dois fatores para os quais visivelmente não foram preparados: o primeiro é a abrangência do consenso democrático liberal; e o segundo é a falta de qualquer centro diretivo que dê unidade internacional ao movimento comunista.

A hegemonia internacional do capitalismo está hoje baseada na democracia formal interna dos países ocidentais. Não era assim antes e é possível que deixe de sê-lo no futuro (mas quanto a isso nada podemos dizer agora). Os comunistas só se tornaram forças respeitáveis quando combateram regimes despóticos em toda parte. Eles foram historicamente forjados para aquele tipo de luta. As supracitadas memórias de Jan Valtin são instrutivas a esse respeito. Mais de 800 páginas acerca da estrutura subterrânea do comunismo internacional, da estrutura paralela formada pela GPU (a polícia secreta soviética), longas descrições de greves, motins, lutas de rua, de barricadas, espionagem, perseguições políticas, etc., mas nenhuma descrição de uma campanha eleitoral.

De fato, uma boa parte dos comunistas não estava preparada para a disputa eleitoral e menos ainda para a eventualidade de ter que governar dentro dos limites e das regras da democracia formal burguesa. Isso não significa que não fossem partidos democráticos ou que não tenham lutado por essa democracia formal, apenas a história mostra que nenhum partido comunista conquistou sozinho o governo em eleições livres em áreas não controladas por tropas soviéticas. Na única eleição que disputou, o Partido Bolchevique teve, em 1918, menos da metade dos votos do partido de Kerenski (CANFORA, 1989, p. 80).

Os partidos socialistas, trabalhistas e social-democratas parecem ter descoberto sua fórmula: moderar seu discurso e limitar suas diretrizes programáticas nos marcos do capitalismo. Mas isso seria muito pouco para comunistas que um dia tentaram ou sonharam com uma revolução. O eurocomunismo nos anos setenta representou certa moderação dos comunistas para fins eleitorais e de “governabilidade” dentro das “regras do jogo”. Ele surgiu na Itália, espalhou-se por setores dos partidos europeus e teve ampla adesão na Espanha (mas não em Portugal) e em partidos extraeuropeus como o japonês e o brasileiro.

Na prática, alguns dos partidos que sobraram adotaram a moderação daqueles anos e foram além, modificando o nome e a ideologia, como o sueco e o italiano depois de 1989. O italiano disputou e ganhou eleições, mas já não era comunista.

Bem, salvo em países muito marginais, como o Nepal, os comunistas não tiveram senão participação minoritária em governos eleitos, como em alguns países ocidentais antes da Segunda Guerra Mundial (Chile) e depois (Itália, França, Islândia e Finlândia). Nessa ocasião flertaram até mesmo com governos pouco democráticos, como a dinastia Somoza na Nicarágua e a ditadura de Batista em Cuba, mas também com governos nacionalistas, como o de Jacobo Arbenz, da Guatemala, e bem mais tarde, os de Sukarno na Indonésia, de João Goulart no Brasil e de Salvador Allende no Chile.

Mesmo assim, sua participação em eventuais governos eleitos continuou a ser marginal, como na França a partir dos anos oitenta e na África do Sul com a ascensão de Nelson Mandela. Em Portugal, onde os comunistas tiveram larga influência nos governos provisórios que se sucederam à Revolução dos Cravos (1974-1976), eles não foram eleitos, e quando disputaram eleições não chegaram a obter uma votação importante. Alguns anos depois sua votação cresceu um pouco, mas para se reduzir drasticamente nos anos noventa. Normalmente, os comunistas conseguiram essa participação em regimes parlamentaristas. Eles tinham uma percentagem de votos que os tornava o fiel da balança para sustentar moderados governos socialistas que possuíam maiorias parlamentares frágeis.

O segundo fator é a ausência de qualquer organização internacional centralizada e disciplinada por algum estado poderoso. No início da década de sessenta, 81 partidos comunistas compareceram a uma conferência em Moscou. Naquele momento se aprofundava o fosso que iria separar o partido soviético e o chinês. Hoje, nenhuma conferência reuniria tantos partidos com o nome de “comunista”. Não porque alguns deles nasceram com outro nome, como os da Albânia ou da Polônia, mas porque o mudaram com o propósito de abandonar ao menos parte de seu passado, como fizeram os da Itália, da Suécia, da Polônia e do Brasil, por exemplo.

Qualquer partido que faça, hoje, um congresso, recebe as visitas oficiais de outros, mas cada um deles tem um passado de fidelidade internacional distinta (pró-Albânia, China ou União Soviética, quando

não passaram pelas três). Não expressam mais nenhum acordo suficiente para formar uma ação internacional comum. Essa ação, hoje, só existe em encontros pluralistas, formados por partidos de ideologias tão distintas quanto opostas, e não só por partidos, mas também por organizações não governamentais, sindicatos, igrejas, guerrilhas e mesmo governos de orientações ideológicas diversas. Esse é o caso do Fórum Social Mundial; e mesmo as tentativas de organizações partidárias supranacionais, como o Fórum de São Paulo, reúnem partidos muito diferentes e com um acordo mínimo sobre o que eles combatem, não sobre qual tipo de sociedade defendem.

Ora, há futuro para o comunismo?

Entre o fim do decênio dos 1970 e o início dos anos 1980 o demógrafo Emmanuel Todd arriscou-se a prever. Previu o fim da União Soviética e o do comunismo francês. No seu livro *La chute finale* sustentou que a União Soviética desmoronaria num futuro próximo, devido à baixa produtividade e ao nacionalismo (LAQUEUR, s.d., p. 157). Noutro livro ele fez uma previsão mais curiosa: anteviu o fim do Partido Comunista Francês como força eleitoral no ano 2055! (TODD, 1979, p. 218). Bem, o surpreendente é que, salvo alguma recuperação próxima, o comunismo francês quase deixou de ser uma força eleitoral em 2002, embora ainda conte umas duas dezenas de deputados, o suficiente para se manter como grupo parlamentar; mas a votação de seu candidato a presidente foi pífia.

Historiadores não costumam acertar previsões, por isso preferimos responder apenas parcialmente àquela questão (“há futuro para o comunismo?”). Pensemos no Brasil. Em 2002 comemoraram-se os 80 anos de fundação do comunismo brasileiro, mas no mesmo instante havia pelo menos três forças políticas com alguma autoridade para fazê-lo: o antigo partido, que manteve a sigla original (PCB), o qual não tem nenhuma representação parlamentar ou de qualquer tipo; o partido que manteve o nome (Partido Comunista do Brasil – PC do B)⁷, o qual não tem governadores ou prefeitos em cidades importantes, não dirige nenhuma central sindical ou algum conjunto de sindicatos importantes, embora tenha uma pequena representação parlamentar e haja se tornado, antes e durante o Governo Lula, um importante interlocutor do Partido dos Trabalhadores; e o partido que se reciclou, mudando o nome (Partido

⁷ O PC do B teve uma trajetória mais radical durante a Ditadura Militar e, talvez por isso, é a única agremiação comunista a poder presidir uma eventual reunificação dos comunistas brasileiros.

Popular Socialista), mas com a maioria dos membros do antigo PCB, sacrificou todos os seus princípios originais, não é mais comunista, e não pareceu ganhar nenhuma grande influência na vida nacional por isso. Nenhum deles sequer sonha, num futuro previsível, chegar ao governo como partido, embora sempre haja a hipótese de se alugar a legenda a algum aventureiro bem popular.

No resto da América Latina, exceto Cuba, todos os PCs estão à deriva. Não são mais máquinas revolucionárias para a tomada do poder. E não o são porque não há mais nenhuma engrenagem internacional da qual eles possam fazer parte. Na Itália, os comunistas, que eram 2 milhões de filiados no imediato Pós-Guerra, reduziram-se a vários partidos pequenos e a um maior: o *Partito della Sinistra*, que nada mais tem de comunista. Em Portugal o partido consegue, como em outros países, no máximo ser o fiel da balança em composições que garantam maiorias parlamentares para a formação de governos social-democratas ou socialistas.

De fenômeno europeu, o comunismo está marginalizado a uma franja do Extremo Oriente: um grande país, a China, e dois de nenhum significado econômico: a Coreia do Norte e o Vietnã. As guerrilhas que se consideram esquerdistas e ainda tentam tomar o poder, na Colômbia ou no Nepal, nas Filipinas ou no Peru, não são comunistas (no sentido aqui empregado), quando não passam de grupos armados de forte identificação nacional como a guerrilha do Timor Leste, a qual derrotou a ocupação indonésia, ou com forte identidade étnica ou religiosa (como o Partido dos Trabalhadores do Curdistão). Neste caso, nenhum deles teve um partido comunista estruturado por trás, sendo substituídos por grupos separatistas de vaga definição ideológica, como é o caso da Irlanda do Norte e do País Basco (na Europa) ou do Sri-Lanka e em outros países de menor importância global.

O comunismo não empolga da mesma forma que antes os movimentos de massa, e não dirige revoluções armadas. Em geral, na segunda metade do século XX esse papel coube (e ainda cabe) mais a facções dos exércitos profissionais ou a movimentos guerrilheiros do que a partidos, com as exceções de praxe (China, Vietnã). Não significa dizer que os partidos comunistas não tem mais papel algum a desempenhar: é provável que o tenham na Índia (especialmente na Bengala Ocidental) e na África do Sul, e que sejam algum incômodo para as classes dominantes até mesmo na França ou no Japão, onde o partido tem alguma representação parlamentar, e mesmo no Brasil, onde os comunistas

chegaram a ocupar postos importantes em governos estabelecidos; mas não há (e dificilmente haverá) movimento comunista internacional com um único centro e nem segundo o modelo centralizado, com revolucionários profissionais em tempo integral. Esse tipo de comunismo desapareceu. Um novo precisaria surgir.

REFERÊNCIAS

- ASH, T. G. *History of the present*. London: Penguin Books, 2000.
- BROWN, J. F. *The new Eastern Europe*. New York: Praeger, 1968.
- BORSI, E. A formação das democracias populares da Europa. Lisboa: Avante, 1981.
- CANFORA, L. Togliatti e i dilemmi della politica. Bari: Laterza, 1989.
- CLAUDIN, F. *A crise do movimento comunista*, S. Paulo, Global, 1985.
- CLAUDIN, F. *A oposição no socialismo real*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- D'ALMEIDA, P. Le parti ouvrier social-démocrate suédois", In: *Qu'est-ce que la social-démocratie?* Paris: Seuil, 1979.
- FAST, H. *O Deus nu*. Rio de Janeiro: Saga, 1959.
- FEJTÖ, F. Dictionnaire des partis communistes et de mouvements révolutionnaires. Belgique: Casterman, 1971.
- GARCIA MARQUES, G. *De viaje por los países socialista: 90 días en la cortina de hierro*. Bogotá: Editorial la Oveja Negra, 1982.
- HAVEL, V. *Enasios políticos*. [S.l.]: Bertrand, 1991.
- HOBSBAWM, E. *Interesting times*. London: Penguin Books, 2002.
- HOBSBAWM, E. *Revolutionaries*. London: Phoenix, 1994.
- KILROY-SILK, R. *O Socialismo a partir de Marx*. Lisboa: Ulisséia, 1974.
- LAQUEUR, W. O fim de um sonho. As raízes do fracasso da União Soviética. São Paulo: Best Seller, s/d.
- LAZITCH, B. *Les partis communistes d'Europe 1919-1955*. Paris: Les Iles d'Or, 1956.

LE BRAS, H.; TODD, E. *L'invention de la France*: atlas anthropologique et politique. Paris: Hachette, 1981.

LUBITZ, W. (Ed.). *Trotsky bibliography*. München: K.G. Saur, 1982.

PHILIP, A. *Les socialistes*. Paris: Seuil, 1967.

PCI: teoria, política, organización. México, D.F.: Ediciones de Cultura Popular, 1977.

POPPINO, R. *International communism in Latin America: a history of the movement 1917-1963*. London: New York: Macmillan, 1966.

TODD, E. *Le fou et le prolétaire*. Paris: Robert Laffont, 1979.